

Turismo e Desenvolvimento Sócio-espacial na Amazônia Brasileira e Francesa

GISELE ELAINE DA SILVA FERREIRA * [gisele.geografia@gmail.com]

MARIA GORETTI DA COSTA TAVARES ** [goretti@ufpa.br]

Resumo | As fronteiras vêm ganhando destaque nas discussões acadêmicas devido à sua complexidade, tanto sobre aspecto político, quanto econômico e social. Neste intuito, o objetivo deste estudo¹ é analisar as políticas públicas em áreas de fronteira e o planejamento de territórios voltados para o turismo com a perspectiva de um planejamento sustentável aliado ao processo de mobilização dos grupos sociais; evidenciar os agentes sócio-espaciais presentes no ordenamento do território e compreender como as políticas direcionadas para o turismo contribuem para o desenvolvimento sócio-econômico e para a gestão sustentável do território, ressaltando que o objeto de estudo do presente trabalho limita-se à fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, especificamente as cidades de Belém, Oiapoque e Macapá. Para o desenvolvimento do estudo foram utilizados os seguintes instrumentos: levantamento bibliográfico sobre as políticas públicas na Amazônia Brasileira e Francesa e pesquisa documental sobre fronteira e desenvolvimento sócio-espacial. A partir disso, verificou-se que as políticas públicas apresentam planos voltados para o setor turístico em áreas de fronteira através de diversas ações vinculadas à abertura de comunicação terrestre, aérea e fluvial na Pan-Amazônia, evidenciando um novo segmento para o turismo, o Turismo de Fronteira.

Palavras-chave | Turismo, Fronteira, Políticas Públicas, Desenvolvimento Sócio-espacial.

Abstract | Over the years the borders have increasingly been brought into focus in academic discussions, due to its complexity, concerning the political, economic and social development. With this intention, this work has the objective of analyze public politics in border areas and planning areas targeted for tourism at the prospect of a sustainable planning process coupled with the mobilization of social groups; show socio spatial agents present in the spatial planning and understand how policies aimed at tourism contribute to the socio-economic development and sustainable land management, noting that the area of interest to this study is the border between Brazil and French Guiana in particular in the cities of Belém, Oiapoque and Macapá. For this were needed: literature review on public policy in the Brazilian and French Amazon; documentary research on border and socio-spatial development. From this, it appears that public policies have focused plans for the tourism sector in border areas through various actions related to open communication by land, air and river in the Pan Amazon demonstrating a new segment for tourism, the tourism frontier.

Keywords | Tourism, Border, Public Policies, Socio-spatial Development.

* **Graduada em Geografia** pela Universidade Federal do Pará.

** **Professora Doutora** da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

¹ O presente estudo foi resultante do trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal do Pará (UFPA)

1. Introdução

Com as novas relações nacionais e internacionais envolvendo o estudo de fronteira, há necessidade de aprofundar o conceito de turismo, para assim entender as potencialidades dos territórios transfronteiriço. Nessa perspectiva, o presente trabalho estuda, em um plano central, a situação das políticas e o planejamento de territórios voltados para o turismo analisado com a perspectiva de um planejamento territorial sustentável e o processo de mobilização dos grupos sociais.

Dessa forma, o estudo baseia-se na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa em específico nas cidades Belém, Macapá e Oiapoque na Amazônia Brasileira e Guiana Francesa na Amazônia Francesa. Na qual se procura analisar as especificidades de cada uma das cidades, além das potencialidades turísticas e como são planejadas e realizadas as políticas que envolvem o turismo e, dessa forma, entender as potencialidades da região de fronteira para o desenvolvimento das atividades turísticas.

Nesta lógica, insere-se nesta análise o estudo sobre a questão de fronteira. Sendo estas cidades, espaços distintos, complexos e dinâmicos, são contemporaneidade e elementos estratégicos para os países em desenvolvimento frente ao processo de globalização econômica.

2. Turismo em território transfronteiriço

Conforme a literatura, o surgimento do turismo, como atividade comercial, ocorreu em 1841 com Thomas Cook e a partir de então se desenvolveu (Tosqui, 2007). Com isso, Cruz (2010) resgata aspectos relevantes ao surgimento do turismo como sua origem baseada na palavra inglesa *tour*, *grande tour*, que representava para a aristocracia da época, a viagem da busca do conhecimento e aprimoramento dos hábitos culturais dos jovens nobres. Segundo Barreto (1996) e Molina (2004) *apud* Tosqui (2007),

o objetivo dessas viagens era aprimorar a educação, os contatos políticos, comerciais e diplomáticos nas cidades européias mais importantes da época.

Esses atores desconheciam que tais viagens originariam uma das atividades mais importantes do século XXI, ligada diretamente aos setores do comércio e à economia, empregando milhares de pessoas direta e indiretamente, configurando um trabalho organizado que avança em diversas frentes, como o transporte e comunicação.

Com a Revolução Industrial no século XIX, se iniciou a organização da produção em grande escala, a criação do trabalho assalariado e o processo de urbanização, bem como, a construção de redes ferroviárias. É neste meio que o turismo torna-se conhecido e recebe diversos conceitos, revelando-se uma atividade de alta complexidade e geradora de riqueza. Salienta-se que, como todos os fenômenos, o turismo vem sofrendo alterações a fim de acompanhar as mudanças sociais, políticas e econômicas.

Diante disso, o turismo foi se firmando até à II Guerra Mundial, quando sofreu um processo de estagnação. No entanto, no pós-guerra, o turismo foi impulsionado com o advento das tecnologias que acarretaram melhoramentos substanciais nas construções de transportes de linhas férreas e áreas.

Do mesmo modo, a sociedade foi diretamente influenciada pelas criações tecnológicas e informacionais, fato este que aumentou o foco dos indivíduos pelo crescimento intelectual e científico, na busca pelo aprimoramento. No entanto, essa busca desenfreada mostrou-se prejudicial à saúde física e psíquica das pessoas. Diante desse quadro, surgiu a necessidade de encontrar uma válvula de escape para reposição do desgaste diário. Assim, o turismo representou a válvula, capaz de solucionar o problema do desgaste cotidiano, permitindo que as pessoas conheçam outros lugares, que lhes proporcionem aventuras, tranquilidade, distração, entretenimento e lazer, a fim de melhorar a qualidade de vida da população.

Nesse sentido, já no século XX, durante as décadas de 50 a 70, predominou o Turismo de Ver,

caracterizado pela oferta de pacotes padronizados de turismo em locais estabelecidos sem nenhum contato com os moradores da região visitada. Nos anos 80 notou-se um crescimento do Turismo de Conviver, o qual se caracterizou pelo contato entre as pessoas (turista e moradores da região visitada), com foco na questão da espacialidade, o que repercutiu na necessidade de criação de clubes, colônias de férias, entre outras.

Nos anos 90, verificou-se o Turismo de Conforto, com a criação de *shopping center*, *resort*, passeios guiados nas periferias, para os pontos turísticos, praias, o que estimulou a necessidade de consumo, pois esta era vista como produto do turismo. No Século XXI, outra modalidade do turismo entra em vigor se contrapondo as modalidades anteriores, questionando-as e criticando-as. Surge, assim, o Turismo Sustentável que abre espaço para as questões ambientalistas, com a preocupação com o futuro das populações no planeta e com o meio ambiente ecologicamente equilibrado, características da sustentabilidade que voga atender as necessidades presentes sem prejudicar as gerações futuras.

Hoje com o processo de globalização determinando novas dinâmicas e atuando no mercado, identifica-se uma nova era para o setor do turismo, uma vez que as mudanças ocorridas nos meios de transporte permitiram o deslocamento de pessoas com redução de distância e tempo. Nesse contexto, são necessárias melhorias na qualidade dos serviços ofertados pelo turismo, a fim de garantir um mínimo de conforto aos turistas. Para Tavares, Costa e Ribeiro (2004: 35):

“Desse modo, interessa mostrar como o turismo, construído no interior dos fluxos e refluxos do debate internacional sobre a necessidade humana de lazer e descanso, atende a diversas características da realidade social, econômica e cultural de contemporaneidade, cujas ramificações (turismo de aventura, cultural, urbano, na natureza, etc). Conduzem à tecnicização do território por meio de ações estratégicas de comando, baseadas em iniciativas desenvolvimentistas mais ou menos conservadoras, onde seu espraiamento induz

claramente a construção de objetos geográficos definidores do espaço social.”

Desta forma, ao se falar de turismo percebem-se ações estratégicas, novas formas e usos para atender ao processo de desenvolvimento da sociedade, bem como procura por áreas dinâmicas que atraiam os turistas. Dentre essas áreas, as fronteiras emergem como áreas desconhecidas e atrativas, a serem reveladas ao turismo.

Com o desenvolvimento do setor turístico, seus estudos vêm deixando de serem vistos sob o enfoque meramente econômico, abrangendo aspectos multidisciplinares. Assim, o turismo trata-se de uma atividade que se articula com os demais campos do conhecimento, mormente a Geografia, a qual no domínio acadêmico vem contribuindo para o alargamento e disseminação dos conceitos ligados àquele.

Diante desse contexto, passamos a abordagem sobre o turismo em território transfronteiriço, elencando as características e evolução deste, bem como o estudo sobre fronteira e faixa de fronteira, que vem sendo analisado com vigor nas perspectivas geográficas para, conseqüentemente, assimilarmos o conceito de turismo de fronteira.

A questão sobre fronteira passa por diversos campos do conhecimento, sejam da Sociologia, Geografia e até mesmo pelo Turismo, como trabalharemos ao longo deste trabalho. Com isso, apresentaremos o conceito sobre a noção de fronteira sob diversos olhares principalmente quando se trata de Geografia e Turismo.

Trindade Jr. (2010) nos mostra um importante trabalho sobre a relação de fronteira com cada uma das categorias de análise geográfica, as quais são: Espaço, Paisagem, Região, Território, Rede, Lugar, revelando a importância do estudo de fronteira para cada uma destas categorias, o que mostra diferentes sentidos para cada delas.

A discussão sobre os estudos de fronteira tem se tornado cada vez mais frequente nos últimos anos. No entanto quando tange o setor de turismo, os

debates estão apenas começando. Pode-se afirmar isto, devido às análises realizadas sobre fronteira e turismo, onde ambas estiveram ligadas predominantemente ao setor econômico.

Por outro lado, além do discurso econômico destacava-se nas fronteiras um discurso de defesa do território, enfatizado pelos governos militares. Dessa forma, temos diversos estudos que demonstram os diferentes conceitos sobre fronteira, evidenciando a importância das fronteiras, pois a proteção destas era e ainda é um dos meios de garantir a soberania nacional.

Com isso, Machado (1998) considera o conceito de fronteira e o conceito de limite, como sinônimos. Assim, analisa as diferenciações entre os dois conceitos, onde a palavra fronteira significa o que está na frente. Com isso, o sentido da fronteira era não de fim, mas de começo do território, ou seja, o lugar para onde ele tendia a se expandir.

Já o termo limite, diferentemente, significa o fim de uma unidade política territorial. Dessa forma, a autora afirma que as fronteiras atuam como uma força centrífuga, ou seja, "para fora", por outro lado o termo limite implica uma força centrífuga "para dentro". Ainda sobre fronteira e limite, Nascimento (2005: 64) afirma:

"Os geopolíticos quando teorizam sobre a fronteira, a fronteira de que falam é aquela parte do território geograficamente localizada na margem do limite territorial e o próprio limite. Este é definido a partir das referências físicas, topográficas, por exemplo, um rio, uma montanha e cuja legitimação se dá por intermédio de critérios puramente arbitrário, tais como uma linha imaginária cortada e separando o referido território, mais a margem do território na fronteira. Essa linha imaginária, invariavelmente é o que divide entes estatais, mas que necessitam de confirmação e reconhecimento de outros Estados [...]"

Para Silva (2008) o significado de fronteira surgiu como advento dos Estados Modernos caracterizando-se como limite de soberania. Assim, entre os Séculos XVI e XIX, os princípios de continuidade

e de coesão territorial ocasionaram a necessidade de demarcar as áreas entre as nações europeias. Neste sentido, pensa-se fronteira com o significado de poder, onde o que importa é a distinção entre os territórios.

Para Porto (2010) fronteira funciona como um sistema dependente, que encadeado com outros macrosistemas atua com grande potencial, sendo necessária a comunicação. Além disso, a fronteira traz para si uma dinâmica sociocultural singular, pois é renovada constantemente, devido à sua complexidade, onde para muitos pode ser vista como um espaço de conflitos ou até mesmo de diálogo. O autor afirma que a fronteira é pensada e legislada à distância; dessa forma, não é pensada como espaço para atender o local, mas sim para atender o externo como suas articulações econômicas.

Assis (2008) afirma que nos estudos das fronteiras um aspecto é comumente observado, aspecto este que diz respeito às nacionalidades em conjunto, onde nesta situação o processo de integração se coloca como assento político que evidenciará a união dos Estados, favorecendo desta forma, a circulação de mercadorias, a cooperação científica, entre outras.

Para Becker (2004), nos últimos anos houve uma forte retração dos investimentos advindos dos capitais internacionais. Além disso, destaca ainda a questão ambiental, exigência de uma nova geopolítica mundial que visa a apropriação dos territórios. Assim, as fronteiras assumem um papel de fluxo que viabilizam riquezas e circulação, no entanto não esquecendo o valor da natureza.

Nas palavras de Martins (2009), a fronteira pode ser vista como um território de conflitos, onde há diferentes pontos a serem considerados negativamente como: intolerância, ambição e morte; em contrapartida funciona como um lugar de esperança, cuja característica se dá pelas disputas por definição de limites. Assim, o autor acredita que na fronteira se pode observar como as sociedades se originam, se organizam e se reproduzem. Entretanto, ao falar de fronteira não se pode deixar de falar de faixa de fronteira.

O conceito de faixa de fronteira já se utiliza há muito tempo, uma vez que desde 1850 está presente em território brasileiro com a promulgação de leis de terras do império, tornando-se necessária a utilização de uma faixa de fronteira que se estendia sobre 66 km, cujos interesses eram o estabelecimento de bases militares para a preservação das fronteiras nacionais.

Desde esse momento, a importância da faixa de fronteira se fez presente na República Brasileira, mas foi com a Constituição de 1988 que o conceito faixa de fronteira foi ratificado e relacionado com a ótica de segurança e desenvolvimento das nações. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 aborda o seguinte sobre a faixa de fronteira:

“ Art 2º São bens da união

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo da faixa das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e suas ocupações serão reguladas em lei.

Art 91- O Conselho de Defesa Nacional é o órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados a soberania e a defesa dos Estados democráticos e dele participe como membros natos.

III- Propor critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relações com a preservação e a exploração dos recursos.”

Por este motivo, a ideia do país possuir uma área de fronteira com o intuito de defesa e desenvolvimento está diretamente ligada ao pensamento estratégico, validado através de regime jurídico, no qual, este possibilita a ação dos Estados em regiões distante do seu centro. Além disso, é importante salientar que a atuação da defesa nacional nessas áreas é mais que necessária, pois as áreas de fronteira funcionam como palco para as atividades ilícitas. Sobre o interesse de defesa da faixa de fronteira, Machado (2005: 1) destaca:

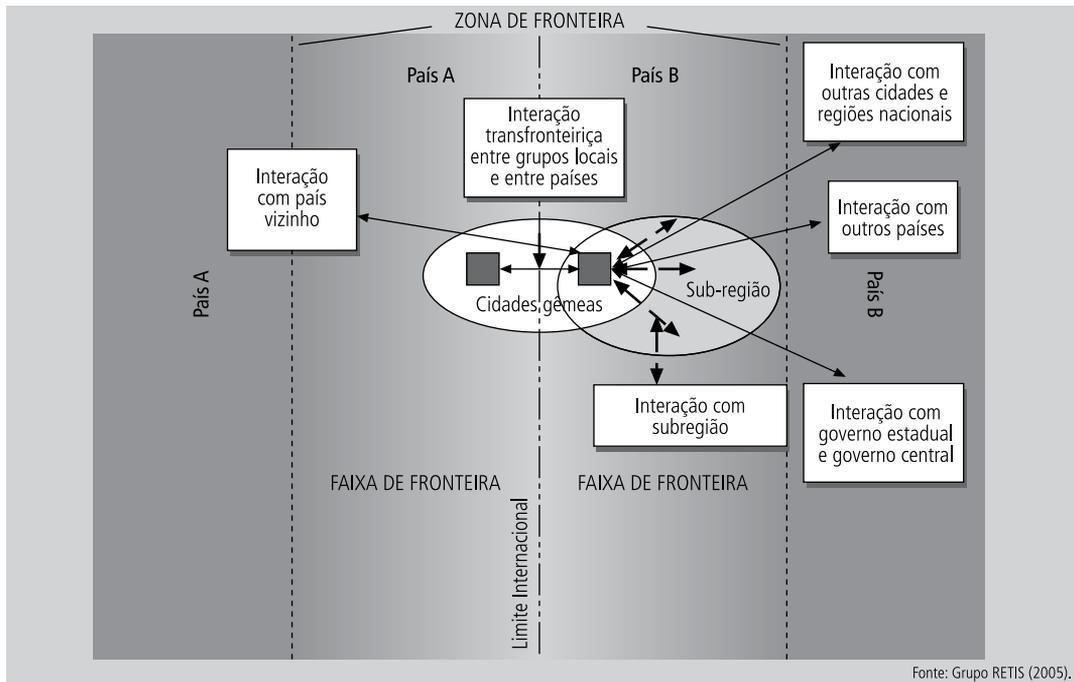
“Sem dúvida o interesse estratégico da área provinha, e ainda provém, primordialmente, da defesa do perímetro de um vasto território ainda pouco povoado

e insuficiente articulado. Esse o papel da rede de defesa e vigilância ao longo da fronteira, porém este tipo de tecnologia de poder apresenta hoje limitações. As redes de articulações entre processos sociais, políticos e econômicos internos e externos ao estado nacional tem acentuado a interpenetração entre a segurança externa e segurança interna (vigilância fitossanitária tráfico de ilícitos, lavagem de dinheiro e etc.).”

Com base nisto, Nascimento (2005: 80) afirma que “é preciso lembrar que indivíduos, instituições e organização de diversas maneiras e objetos movimentam-se no circuito da ilegalidade traficando drogas, produtos industriais, seres humanos, órgãos, armas”. Com o controle nas áreas de fronteira buscam-se novas formas de legitimar a defesa diante dos problemas existentes, e com isso, consumir a soberania nacional. Neste sentido, objetiva-se estudar e até mesmo conhecer as fronteiras para reconhecer as peculiaridades que vigoram nestas, tentando combater as atividades que prejudicam o desenvolvimento e crescimento dessas áreas.

Para compreender o estudo sobre as faixas de fronteira é necessário relacioná-las com as zonas de fronteiras, conceitos que se complementam. Assim, atrelada ao conceito de limite, têm-se a faixa de fronteira demarcando diferentes territórios. De outro modo, o conceito de zona de fronteira está relacionado a um espaço de interação. Segundo o Grupo RETIS (2005: 59) “a Zona de Fronteira é um espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença de limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriços”.

Verifica-se na Figura 1 as interações e a complexidade realizadas nas áreas de fronteiras entre países fronteiriços, onde tais interações variam da escala local à global. Devido a isso, as peculiaridades existentes em faixa e zona de fronteiras apontam para diferentes processos políticos, econômicos, social, cultural e ambiental. E diante de tanta complexidade há a necessidade de formular políticas públicas nessas áreas e, além disso, as interações que ocorrem com o turismo.



Fonte: Grupo RETIS (2005).

Figura 1 | Zona e Faixa de Fronteiras.

2.1. Turismo na área de fronteira

Nos últimos anos, a questão sobre fronteira está sendo utilizada também no setor do turismo, onde, estes estudos surgem nas questões governamentais e acadêmicas, levando ao turismo a existência de uma nova modalidade, uma vez que o turismo se desenvolve como uma atividade dinâmica. No entanto, foi com o processo de integração econômica que tais oportunidades começaram a surgir.

Com isso, e com a integração das Fronteiras, tornou-se necessário o desenvolvimento econômico, social e político das regiões, para definir o processo de construção de fronteiras. Um dos motivos se deu com a formação de blocos econômicos, que permitiu a maior circulação de mercadorias, pessoas e serviços. No caso, temos o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), no qual já havia uma rede de pontos fronteiriços com certa fluidez. Neste sentido, com o processo de desenvolvimento nas áreas de fronteiras em vista, o turismo tem ganhando cada vez mais

destaque. Dessa maneira, com a existência de novas demandas do turismo ligadas às fronteiras, é necessário identificar conceitualmente do que se trata esse novo segmento do turismo.

Observa-se que pelo processo e desenvolvimento regional nas fronteiras, o turismo vem se mostrando como um dos fatores dinamizadores dessas fronteiras, principalmente das fronteiras internacionais. Dessa forma, Cruz (2010) destaca que o turismo de fronteira é viajar entre territórios transfronteiriços, entre países vizinhos, por vias do processo de cooperação ocasionando acesso aos atrativos turísticos.

Diante disso, a conceituação do turismo de fronteira está ligada à viagem aos territórios transfronteiriços entre países para poder aproveitar seus diferentes potenciais turísticos, quer seja a paisagem natural, aventura, lazer, eventos culturais, gastronomia entre outros tantos.

Assim, com o desenvolvimento do turismo em área de fronteira evidencia-se o destaque para esta

atividade, diante de novos modelos econômicos que surgem. Uma vez que, funciona como uma das principais atividades para o desenvolvimento da região. Desta forma, para haver o turismo de fronteira, é necessário primeiramente existir um processo de integração entre territórios e sociedade, onde o turismo fundamenta-se como parte significativa dessa integração (Paixão, 2006), sendo esta integração, um elo promotor do crescimento das atividades ligadas ao turismo, a qual estará inserida em um contexto de desenvolvimento marcado pelo crescimento econômico e sustentável dos lugares. Além disso, o processo de integração permitirá aos turistas uma maior acessibilidade e mobilidade entre os atrativos turísticos existentes nas fronteiras.

Paixão (2006) faz um estudo sobre o processo de integração levado ao turismo, onde o objeto do estudo é a fronteira entre Brasil e Bolívia especificamente entre Corumbá e Puerto Quijarro, na qual o interesse pelo turismo iniciou-se no início do Século XX, com o turismo de saúde e deste período em diante, diversas modalidades de turismo se fizeram presente, sendo exemplo: o turismo de pesca, o turismo rural, o turismo de mochileiros, o turismo religioso e, além disso, o turismo de compras.

Para Paixão (2006), apesar de haver um certo desenvolvimento do turismo na região, este ainda necessita ser repensado, pois existem necessidades a serem supridas como a elaboração de um planejamento territorial voltado para o turismo, em especial para as fronteiras e, além disso, a efetivação da gestão de turismos nessas áreas.

2.2. Práticas turísticas e planejamento territorial em áreas fronteiriças

O crescimento das atividades turísticas torna o setor uma das áreas mais globalizadas. Sendo este fruto de alguns fatores como: aumento da liberalização do comércio mundial, incorporação de novas tecnologias como a informática, a integração vertical e horizontal das empresas turísticas e a difusão terri-

torial (Silveira, 2002). Portanto, para compreender o turismo, a complexidade do turismo em uma dimensão territorial, é preciso levantar alguns conceitos como território e ordenamento territorial (OT). Neste sentido, Moraes (2005: 43) assim define território:

“O território é uma materialidade terrestre que abriga o patrimônio natural de um país, suas estruturas de produção e os espaços de reprodução da sociedade (lato sensu). É nele que se alocam as fontes e os estoques dos recursos naturais disponíveis para uma dada sociedade e também os recursos ambientais existentes. E é nele que se acumulam as formas espaciais criadas pela sociedade ao longo do tempo (o espaço produzido). Tais formas se agregam ao solo onde foram construídos, tornando-se estruturas territoriais, condições de produção e reprodução em cada conjuntura considerada.”

Após isso, entende-se que a relação do território e o turismo podem ser analisados a partir da apropriação que este realiza no território. Neste sentido, o turismo apropria-se do território de diversas formas seja pelo seu conteúdo material ou imaterial.

A noção de apropriação do território pelo turismo deve ser regulada pelo Estado, pois este deve se conscientizar da necessidade de um planejamento territorial voltado ao turismo. Para Ferreira (2009), o planejamento voltado para o turismo torna-se essencial pelo fato da atividade turística ser promotora de novas formas de ocupação do território.

Tal planejamento irá efetivar programas de incentivo ao turismo, onde é o governo que irá definir as ações para que ocorra o desenvolvimento. Neste sentido, tal incentivo deve ser realizado, a partir da necessidade de atenuar os problemas decorrentes do desenvolvimento, como são exemplos, as atividades ilícitas. No entanto, sobre o planejamento, Sanches (1998) citado por Ferreira (2009), avalia que todo planejamento deve ser pensado, primeiramente, avaliando-se os efeitos do turismo em outras realidades geográficas, a fim de verificar que tipo de turismo e de turista se deseja e, assim, realizar um levantamento da capacidade de carga local.

Na realidade, o planejamento turístico antes de tudo deve ser um planejamento estratégico, para que as suas metas sejam alcançadas. Para isso, devem ser realizados estudos e diagnósticos para que possa ser viabilizado.

Para Silveira (2002), o objetivo do planejamento é nortear o crescimento turístico de modo a compatibilizar os fatores econômicos e os fatores de ordem social e ambiental, determinando metas e objetivos precisos e disponibilizando os meios próprios para o alcance de tais objetivos.

Fala-se então que o planejamento territorial do turismo é uma ação de estratégia realizada pelo governo para que ocorra o desenvolvimento do setor, promovendo a modernização do território com elementos básicos: saneamento básico, transporte, tratamento de resíduos e sólidos e abastecimento de água.

Nesta linha de raciocínio “o planejamento do turismo deve ser direcionado para construção e definição de suas metas, para análises de suas potencialidades e de mercado, e para avaliação de cenários desejáveis” (Ferreira, 2009: 33). Além disso, para um melhor planejamento, é necessário que haja a participação da comunidade local, pois sendo o Brasil um país democrático, ou seja, a participação popular se torna fundamental, então, por que não a envolver em um processo de planejamento turístico?

Dessa forma, a população possui o direito e o dever de participar nas atividades que promovam uma mudança em seu território, e também valorizando seus próprios elementos socioculturais para que se diferencie diante do mercado turístico, no qual está inserida.

Buscando, então, o planejamento do território leva-se em consideração o ordenamento territorial (OT) que intenta captar diversos padrões, para realizar um diagnóstico preciso do território, no qual, haverá indicação das tendências e demandas do mercado. Por esse motivo OT atua com o planejamento territorial estabelecendo objetivos e estratégias de governo. Ferreira (2009: 34) caracteriza o Ordenamento territorial como:

“Uma ferramenta do planejamento do território que tem como meta atingir o desenvolvimento equilibrado das regiões a partir de uma organização física do espaço, de acordo com diretrizes preestabelecidas. E é nessa perspectiva que o OT em turismo deve inserir-se necessitando de diretrizes gerar para gerirem sua competitividade e o uso do solo, mas principalmente de legislação específica para o local, que percebem em vista uma maior distribuição espacial da atividade.”

Assim OT caracteriza-se como um instrumento do planejamento do território que tem como meta atingir o desenvolvimento equilibrado entre as regiões a partir da organização física do espaço fundamentado nas diretrizes preestabelecidas (Ferreira, 2009). É nessa perspectiva que o planejamento territorial do turismo torna-se importante na definição e estabelecimento do turismo de fronteira, pois possibilitará melhor articulação do setor na área que apresenta complexidades, mas também grande potencial para o desenvolvimento do turismo. Por esse motivo analisa-se o planejamento do turismo na fronteira entre a Amazônia brasileira e francesa (Figura 2).



Figura 2 | Área de Fronteira entre Amapá e Guiana Francesa.

Nesta perspectiva, procura-se entender como se dá o planejamento do turismo e reconhecer as suas potencialidades. A partir daí, iniciar a elaboração de planos precisos para o turismo em território transfronteiriço, analisando os fatores favoráveis e os que ainda precisam ser melhorados, para com isso, criar uma estrutura sólida para o turismo de fronteiras, com o desenvolvimento do turismo atrelado à sustentabilidade da população local.

2.3. O turismo e a perspectiva do desenvolvimento sócio-espacial

Quando a palavra desenvolvimento é colocada em questão, de imediato se pensa em progresso de determinados setores da vida humana e até mesmo de cidade ou país, sendo este progresso ocasionado pelo fator econômico. No entanto, desenvolvimento nada mais é do que o “crescimento (incrementos positivos no produto e na renda) transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras” (Cruz, 2010: 81).

Para Souza (2010: 61), “desenvolvimento é mudança, de certo: uma mudança para melhor. Um desenvolvimento que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e, portanto, não merece ser chamado como tal”. Assim, refere-se ao desenvolvimento enquanto uma mudança socialmente positiva, assim, pode se considerar o desenvolvimento de fato. Mas, segundo Souza (2010), alguns fatores devem ser levados em conta: a melhoria de qualidade de vida, a justiça social e autonomia, seja individual ou coletiva.

Dessa forma, cada um desses fatores leva a transformações no espaço promovendo o desenvolvimento sócio-espacial. No que diz respeito, à qualidade de vida espera-se melhorias nas necessidades “básicas ou não básicas da população, material ou imaterial” (Souza, 2010: 62). Já quando se fala em justiça social tem-se a ideia de diminuir as desigual-

dades sociais entre os grupos sociais. Dessa forma, a justiça social atua diminuindo as disparidades sociais frequente em nossa sociedade.

Nesse contexto, verifica-se que ambos os conceitos justiça social e melhoria na qualidade de vida caminham juntas no processo de desenvolvimento. No entanto, ainda tem-se o conceito de autonomia que é um dos pilares para esse processo.

Autonomia individual e coletiva “atua como dois lados da mesma moeda” (Souza, 2010: 64). Com base nisto, a autonomia individual está ligada ao sujeito, onde suas ações levarão a atingir determinados objetivos. Por outro lado, a autonomia coletiva esta ligada a grupos sociais que promovam a justiça social e a igualdade, dessa forma tanto a autonomia individual e coletiva são vistas como “parâmetros subordinadores”, são manifestações distintas do mesmo fenômeno.

Neste sentido, Souza (2010) afirma que para que o desenvolvimento ocorra de fato, é necessária, a justiça social e a qualidade de vida, as quais são “parâmetros subordinados” imprescindíveis para o processo de autonomia, que é o alicerce do desenvolvimento sócio-espacial. Com isso, Santana e Angelim (2010: 16) acreditam que o conceito de desenvolvimento possua “concretude e operacionalidade sendo imprescindível não subestimar o espaço social como dimensão de análise. Devendo, dessa forma, lembrar da relação da sociedade e espaço”.

Todavia, quando se leva o conceito de desenvolvimento ao turismo verifica-se uma leitura econômica, onde a presença de pólos turísticos em uma determinada região favorecerá o desenvolvimento desta. Esta preposição não está errada, no entanto, são necessários planos e ações governamentais que promovam um desenvolvimento não só econômico mais também social a região.

Neste caso, quando a noção de desenvolvimento sócio-espacial é levada ao turismo em áreas de fronteiras torna-se ainda mais sensível, uma vez que esta área é extremamente complexa como referido anteriormente, sendo necessárias políticas públicas que atuem com eficácia.

3. Políticas de Turismo na Amazônia

Observa-se que as políticas públicas referentes à região amazônica possuem como objetivo o desenvolvimento econômico, nas quais se priorizam os grandes investimentos, o capital internacional e com a integração, uma maior circulação de pessoas e mercadorias.

Com um modelo similar, a política pública voltada para o turismo não foge à regra, pois o mercado turístico na região amazônica é cada vez maior, possibilitando maiores lucros e investimentos. É dessa forma, que o poder público e os investidores pensam o turismo na região, voltando para apoiar este modelo, os projetos de turismo na região.

A criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) ocasionou maiores articulações de projetos de desenvolvimento com foco na integração. Com isso, o turismo inserido na OTCA, passa a ser considerado por meio de projetos, econômico e sustentável, proporcionando a integração entre os povos e a valorização dos recursos, assim promovendo benefícios sociais.

Além disso, é importante a atuação da Organização Mundial do Turismo (OMT) nesse processo, onde através de suas políticas, recomenda o desenvolvimento do setor turístico a partir de vantagens competitivas, ou seja, a uma redefinição do turismo pela competitividade.

Dessa forma, a OMT adota alguns fatores de competitividade para o turismo, nomeadamente a fidelidade do cliente, a satisfação e propagandas, mostrando, as novas exigências do mercado em relação à procura de novidades no setor.

Em contrapartida, em 2003, com a criação do Ministério do Turismo (MTUR), o Brasil entra em outra conjuntura em relação à política de turismo cujo interesse maior é articular inclusão social e descentralização, alterando a configuração da política de turismo (Cruz, 2010).

Nesse contexto, verifica-se como o turismo na Amazônia é pensado pelo poder público, necessitando de determinado planejamento turístico, o

qual será voltado para a expansão do capital e deve ser voltado também para o social, pois se este não estiver incluído não se poderá dizer que o setor está desenvolvido. Pois ratificando o que dissemos acima, o desenvolvimento requer mudanças positivas, não somente no setor econômico, mas também no setor social. A partir desse contexto de políticas públicas, analisaremos as políticas públicas com ênfase no turismo de fronteiras.

O Brasil faz fronteira, ao longo de 15,7 mil quilômetros, com 11 países e 588 municípios. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), 80% do turismo internacional é realizado entre países próximos (ABEOC, 2011). Dessa maneira, há um grande fluxo de turistas ao longo dos limites fronteiriços. Conforme ratificado no Diário Oficial da União, o Ministério do turismo (MTUR) através da Portaria nº 162, de 26 agosto de 2011, cria o programa turismo de fronteira o FRONTUR.

De acordo com Diário Oficial da União (2011), os objetivos do FRONTUR são:

“Art. 2º São objetivos do FRONTUR:

- I – reduzir disparidades regionais, aumentando a oferta de emprego e renda;
- II – fortalecer o turismo sulamericano, especialmente com os países do MERCOSUL, atuando na implementação e melhorias em roteiros turísticos integrados;
- III – auxiliar na preparação dos estados fronteiriços para os megaeventos de 2014 e 2016
- IV – incrementar o fluxo de turistas provenientes de países vizinhos, aprimorando os sistemas de informação e de atendimento nos portões de entrada;
- V – ampliar a cooperação dos órgãos do governo federal que atuam nas fronteiras;
- VI - aperfeiçoar os mecanismos de coleta e os sistemas de tratamento de dados estatísticos nos portões fronteiriços.”

O turismo nos últimos anos tornou-se um dos maiores potencializadores econômicos do país. A criação do FRONTUR valoriza ainda mais o desenvolvimento do turismo quando se trata de política

de fronteira e suas dinâmicas. Além disso, o turismo de fronteira promove o desenvolvimento regional através da implementação, auxílio, incremento e aperfeiçoamento do potencial turístico ao longo da faixa de fronteira brasileira. Nota-se ainda que a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016 fazem parte do planejamento do Turismo de Fronteira.

Quando se trata da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa através do processo de cooperação transfronteiriça são também estipuladas políticas envolvendo o turismo através da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Baseado em tal política nasce o Produto Turístico Combinado Amazônia (PTCA), cuja finalidade é promover o desenvolvimento da cooperação do turismo no escudo das Guianas, com a participação do Brasil, Guiana Francesa e Suriname, e levar à criação de produtos turísticos com ações de *marketing* para divulgar as potencialidades da região, na esfera nacional e internacional. Sobre o PTCA, Cruz (2010: 251) ressalta:

“No ato de assinatura do primeiro acordo de cooperação, ficou estabelecido que nos três primeiros anos do PTCA, a estimativa de gastos seria de 246,700 Euros, dividido pelos três parceiros, 35% para a Guiana Francesa, 35% para o Suriname e 30% para o Brasil. Ressaltando que esses recursos teriam o aval e assinatura dos responsáveis dos órgãos estaduais de turismo no Brasil, do presidente de Comitê de Turismo da Guiana Francesa e do Diretor da Fundação de Turismo do Suriname. Coordenação do processo será feita em rodízio entre os parceiros, com alteração anual.”

Entende-se que o PTCA foi elaborado pelos órgãos de turismo de cada cooperado, os quais deveriam financiar o projeto. É importante destacar sobre o PTCA que ele terá um planejamento a ser realizado sob três países, cada um a seu tempo. Outro aspecto a ser salientado, é que cada país terá a missão de intensificar as potencialidades turísticas. Articulado com o PTCA é criado o Plano Operacional Amazônico (PO Amazônico), cujos objetivos estão estruturados

em eixos. Dessa forma o PO Amazônico busca:

- 1 - Estruturação de áreas transfronteiriça e a sua gestão para garantir o desenvolvimento sustentável.
- 2 - Desenvolver atividade transfronteiriça e da atratividade da área de cooperação.
- 3 - Sociedade aberta e inclusiva. Estimula a aproximação das populações e do desenvolvimento da atividade transfronteiriça.
- 4 - Assistência técnica para a implementação do programa de cooperação.

Identifica-se uma estratégia de ação através do PO Amazônico buscando atender dois aspectos importantes, para o desenvolvimento da sociedade: o crescimento econômico e a qualidade de vida da população, ambos impulsionado pelo setor de turismo. Neste sentido, o PO Amazônico visa à gestão sustentável do território amazônico.

Por outro lado, “o objetivo desse plano é financiar o Produto Turístico Combinado” (Cruz, 2010: 251), dessa forma julga-se que tanto para o PTCA como para o PO Amazônico o interesse maior é afirmar o projeto de cooperação transfronteiriça. Então, ao pensar o desenvolvimento do turismo deve-se considerar que ele está atrelado a outras atividades com interesses econômicos, por isso verifica-se a necessidade das políticas públicas de fronteiras buscando fortalecer e diversificar suas ações em promoção do turismo de fronteira.

4. Turismo na área de fronteira: uma análise na fronteira entre Amapá e Guiana Francesa

Vimos acima, quando discutimos fronteira, a complexidade desta enquanto território de diversidades culturais e linguísticas. E ainda, as dinâmicas sociais, políticas e econômicas favorecem certa compatibilidade entre as nações, devido aos interesses políticos e econômicos que vigoram na atualidade.

Com isso, temos o caso do Brasil e a França, onde acordos possibilitam a aproximação entre ambos, as relações sendo bipolarizadas. Considera-se principalmente a crescente cooperação em diferentes esferas, sendo que a mais importante está “articulada diretamente entre governos centrais de Brasil e França, propondo mecanismos de cooperação” (Silva e Conte, 2006: 7).

Cruz (2010) defende que o Brasil tem promovido acordos transfronteiriços baseando-se na necessidade de estabelecer acordos com os países vizinhos que possuem faixa de fronteira com intuito de controle e proteção. Assim, como se criam alternativas de desenvolvimento, possibilitando a inclusão das populações fronteiriças nesse processo?

Desta forma, desenvolve-se, com a cooperação entre esses dois países, o fortalecimento das fronteiras de ambos os lados, buscando dessa forma, maior fiscalização na área de fronteira, com maior efetivo policial e, conseqüentemente, diminuição das atividades ilícitas, como tráfico de drogas e pessoas que vigora na área.

Foram realizados acordos diplomáticos entre Brasil e França, acordos estes que afirmam a cooperação transfronteiriça entre ambos os países, cujo intuito é estreitar os laços entre as nações.

Um dos pontos que efetivam esse acordo está ligado à construção da ponte binacional (Figura 3) que faz ligação entre Brasil e Guiana Francesa.



Figura 3 | Ponte binacional entre Brasil e Guiana Francesa.

Sendo este um projeto que faz parte das ações da Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA), com a proposta de integrar Brasil- Guiana Francesa, Guiana e Suriname.

Importante ressaltar os custos do empreendimento que estão sendo repassados pelo Brasil e França, “um valor estimado em R\$ 115 milhões, onde R\$ 85 milhões para ponte e R\$ 20 milhões para as melhorias no espaço de fronteiras e R\$ 4 milhões para o acesso” (Cruz, 2010: 236).

Tem-se ainda a retomada da BR-156 que corta o Amapá e a construção da ponte binacional, que possibilitará a travessia sobre o rio Oiapoque, estabelecendo assim uma real aproximação entre os países.

Atrelado a isso, o turismo se mostra como um elo importante, que viabilizará a acessibilidade, elevará os índices de atratividade dos produtos turísticos nestas áreas de fronteiras, ocasionando o desenvolvimento da região que há muito se encontrava isolada do contexto do turismo. Percebe-se então, que cooperação internacional é um elemento fundamental para o turismo de fronteira. Todavia, para que ocorra o desenvolvimento deste setor é necessário que o Estado elabore planos e estratégias territoriais de turismo levando em consideração as particularidades das fronteiras e ainda considerando o desenvolvimento sócio-espacial.

5. As perspectivas de desenvolvimento do turismo em áreas de fronteira

Entende-se que através das políticas públicas existentes para o desenvolvimento da faixa de fronteira entre o Brasil e Guiana Francesa, a política de turismo seja um dos elementos dinamizadores desse processo de reafirmação das fronteiras, evidenciando novos usos e novas dinâmicas para estas. Dessa forma, espera-se que através de tais políticas algumas mudanças ocorram para o crescimento do setor turístico e a melhoria da qualidade de vida da população fronteiriça.

“O turismo de fronteira é um elemento catalisador de desenvolvimento porque é um ponto que congrega dois Estados Nações em diferentes formas, legislação e etc. Assim, cada ponto da fronteira possui suas particularidades.” (Entrevista cedida por um especialista em estudo na área de fronteira, realizada em Dezembro, 2011)

Devido a isto, espera-se nestas áreas um planeamento territorial eficaz para o turismo, um planeamento focado nas necessidades da população da área e também impulsionador para o crescimento do setor de turismo. Com isto, este planeamento deve ser realizado estrategicamente, para atender as necessidades da área, ou seja, deve levar em consideração as peculiaridades e necessidades dessa área.

Por este motivo, as maiores perspectivas em relação ao turismo de fronteira se baseiam no intuito de possibilitar o desenvolvimento sustentável e econômico através do turismo, com a implementação de condições que valorizem o potencial turístico dos territórios fronteiriços. O turismo em áreas de fronteira é um turismo singular e diferenciado, onde ações voltadas para este turismo são extremamente necessárias.

Com isto é importante ressaltar as perspectivas da população em relação ao desenvolvimento do turismo. Assim, percebe-se na cidade de Oiapoque um grande interesse para que este seja firmado na mesma, já que os moradores da comunidade consideram ser o turismo, o principal fator econômico da cidade, desligando-se da ideia do passado, sendo o garimpo o principal fator econômico da cidade. Dessa forma, uma nova perspectiva de desenvolvimento vigora atualmente na cidade.

“Eu vejo que o turismo de fronteira é novo pra gente, mas eu vejo que ele tem tudo para dar certo, se for planejado e trabalhado, contudo isso, acredito que tem como desenvolver.” (Entrevista cedida por um morador do município de Oiapoque, realizada em dezembro de 2011)

Baseado, nisto a cidade procura se preparar para o incremento deste setor na mesma. Espera-se que, com a construção da ponte binacional, haja um

aumento do número de turistas vindo da Guiana Francesa com intuito de visitar e conhecer a cidade do Oiapoque. Nesse sentido, há alguns projetos considerados fundamentais para a população de Oiapoque, sendo um desses, o projeto de sinalização da cidade, entre outros, podemos citar a criação da Secretaria de Turismo de Oiapoque, a qual busca a elaboração e implementação de projetos de valorização do turismo na cidade e melhorias na infraestrutura da cidade.

Por outro lado, quando se fala do turismo na cidade de Macapá, não se verifica o mesmo interesse visto na cidade de Oiapoque. Um dos motivos está atrelado ao fato de Macapá não possuir política de turismo efetivada, no turismo de fronteira. No entanto, quando se fala em desenvolvimento do turismo em Macapá, verifica-se um enorme potencial na cidade, que precisa ser aproveitado e valorizado. Desta forma, através do processo de política de turismo de fronteira, moradores e empresários acreditam que Macapá deixará de ser rota de passagem dos turistas e passará a ofertar maiores oportunidades para a permanência destes na cidade, pois:

“Macapá é a principal cidade do Estado, e por ser a principal é o que interessa de ser visitada. Desse modo, ações como desenvolvimento urbano, e isso é importante para o desenvolvimento do turismo.” (Entrevista cedida por um membro da Secretaria de Turismo do Amapá, realizada em dezembro de 2011).

No caso da cidade de Belém, há grandes perspectivas para o desenvolvimento desta através do processo de turismo de fronteira. Pois, a vinda de turistas da Guiana Francesa para o município se dá com frequência. Pois, os turistas consideram a capital do Estado como uma grande cidade, além do interesse de conhecer ainda mais a Amazônia.

“Os franceses vindos da Guiana Francesa quando vem ao Brasil, uma das cidades escolhidas é Belém, porque Belém para eles é uma cidade grande e ainda apresentam as belezas amazônicas propagadas lá fora.” (Entrevista cedida por uma especialista de turismo na cidade, realizada em dezembro de 2011)

Nesse aspecto, consegue-se entender que as perspectivas para o turismo e o desenvolvimento deste na área de fronteira é muito intenso e bastante esperado pela comunidade local e empresários que almejam maiores oportunidades em sua cidade.

6. Considerações Finais

Em vista ao que foi apresentado neste trabalho, entende-se que o turismo de fronteira apresenta-se como um novo segmento do turismo despontando como um novo processo capaz de desenvolver a área de fronteira, neste caso a fronteira Amapá e Guiana Francesa.

Por esse motivo, ao se pensar o desenvolvimento sócio-espacial na área de fronteira, não se pode falar apenas dos modelos econômicos atuantes na área, já que o próprio conceito de desenvolvimento não está baseado somente no crescimento econômico como é propagado por muitos. No entanto, o que caracteriza o conceito de desenvolvimento são as mudanças positivas que ocorrem na vida das pessoas, mudanças estas que trazem benefício em relação à saúde, educação, lazer entre tantos outros. Com isto o conceito de desenvolvimento sócio-espacial alia dois conceitos fundamentais para caracterizar o desenvolvimento que é a justiça social aliada à melhoria na qualidade de vida.

Assim, quando se fala se leva o conceito de desenvolvimento em áreas de fronteiras alguns pontos devem ser destacados. Em primeiro, as áreas de fronteira, por muitos anos, foram caracterizadas como áreas de marginalidade, de tráfico de drogas e mulheres, entre tantos outros problemas característicos da área. Outro aspecto faz referência à população que desconhece o valor de suas fronteiras, e ainda a precariedade de infra-estruturas, como saneamento básico, saúde e educação.

Em relação à fronteira Amapá e Guiana Francesa, outrora apresentavam todos os problemas decorrentes de territórios fronteiriços, onde nesta

fronteira predominava o garimpo, gerando consequências significativas para a população. Desta forma, identifica-se o desenvolvimento sócio espacial, no entanto, algumas medidas devem ser tomadas para aprimorar este desenvolvimento como a melhoria na qualidade de vida da população.

Por outro lado, quando o assunto é Amazônia verifica-se uma discussão no cenário mundial, devido às riquezas naturais apresentadas pela região. Daí, diversos projetos e ações se voltam para o desenvolvimento desta. Neste sentido, observam-se ações de projetos para o desenvolvimento das áreas de fronteira e com isso, o turismo entra na pauta de discussões de políticas públicas. Entretanto, em simultâneo com as políticas, vários projetos estão sendo implementados e no caso da fronteira entre o Brasil e Guiana tem-se a construção da ponte binacional, um projeto implementado pelo IIRSA e a BR-156 projeto do Plano de Aceleração do Crescimento, ambos ligados à Infra-estruturas e Integração, na qual o objetivo é promover circulação de fluxos de pessoas e mercadorias ao platô das Guianas.

A ponte binacional faz parte de um acordo de cooperação transfronteiriça entre o Brasil e Guiana com o intuito de promover a articulação entre os países. Foi construída por ambos os países e a previsão para a inauguração é para julho de 2012, sendo que ainda necessita da construção da alfândega no lado pertencente ao Brasil e ainda a finalização da BR-156

Com isso, quando se fala em turismo de fronteira destaca-se projetos específicos para o desenvolvimento deste que são o Plano de Operação Amazônico e o Produto Turístico Combinado Amazônico. Sendo ambos, voltados para o incremento do turismo em território fronteiriços, no ano de 2011 criou-se o Programa de turismo de fronteira (FRONTUR) com o intuito de reduzir as disparidades regionais e aumentar a oferta de emprego e renda, e além disso, incrementar o fluxo de turistas provenientes de países vizinhos, atuando na implementação e melhorias em roteiros turísticos integrados.

Porém, apesar da existência de tais políticas voltadas para o turismo em áreas de fronteira, per-

cebe-se que estas não se efetivam. Com isso, a política para o desenvolvimento do turismo existe, no entanto estão basicamente no papel e necessitam se consolidar para aprimorar o turismo e aumentar a atratividade dos produtos turísticos. Daí entende-se que as fronteiras apresentam um grande potencial turístico, mas necessitam de ações diretas das políticas de turismo e acima de tudo de uma política territorial voltada para o turismo.

Bibliografia

- ABEOC [Associação Brasileira de Empresa e Eventos], *Ministério cria Programa de Estímulo ao Turismo de Fronteira*, [http://www.abecoc.org.br/2011/08/ministerio-cria-programa-de-estimulo-ao-turismo-de-fronteira], (Site acessado em 20 dezembro 2011).
- Assis, E., 2008, Territórios indígenas e fronteiras na Amazônia: a Guiana Ameríndia, in Nascimento, D. M. (Org.), *Relações Internacionais e Defesa na Amazônia*, NAEA-UFPA, Belém.
- Becker, B. K., 2004, *Amazônia. Geopolítica na virada do III milênio*, Garamond, Rio de Janeiro.
- Cruz, S. H. R., 2010, *Turismo, Fronteira e Desenvolvimento na Pan-Amazônia: Trajetórias entre Brasil e Guiana Francesa*, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Belém.
- Ferreira, L. S., 2009, *Planejamento e Ordenamento Territorial do Turismo na Região Metropolitana de Natal-RN*, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Grupo RETIS, 2005, *O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Uma Proposta Conceitual e Metodológica*, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Machado, L. O., 2005, *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Regional na Faixa de Fronteira do Brasil*, [cncti3.cgee.org.br/.../DraLia%20osorio%20Machado_apre.pdf], (Site acessado em 12 outubro 2010).
- Machado, L. O., 1998, *Limites, Fronteiras e Redes*, [www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/LimitesPAlegre1998.pdf], (Site acessado em 12 outubro 2010).
- Martins, J. S., 2009, *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do mundo*, Contexto, São Paulo.
- Moraes, A. C. R., 2005, *Ordenamento Territorial: Uma conceitualização para o pensamento estratégico*, in *Para pensar uma política de ordenamento territorial*, Ministério da Integração Nacional, Brasília.
- Nascimento, D. M., 2005, *Projeto Calha Norte: Política de Defesa Nacional e Segurança Hemisférica na Governança Contemporânea*, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Nascimento, D. M., e Porto, J. L. R., 2010, *Interações Fronteiriças nos Platôs das Guianas: Novas construções novas territorialidades*, PUBLIT, Macapá.
- Paixão, R. O., 2006, *Globalização, Turismo de Fronteira, Identidade e Planejamento da Região Internacional de Corumbá/MS*, Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Portaria nº 162, de 26 de agosto de 2011, Criação do Programa Turismo de Fronteira (FRONTUR), Ministério do Turismo, Brasil [http://www.turismo.gov.br/turismo/legislacao/legislacao_geral/P162.html], (Site acessado em 03 janeiro 2012).
- Porto, J. L. R., 2010, Condição Fronteira Amapaense: da Defesa Nacional à Integração (inter) nacional, in Nascimento, D. M. (Org.), *Amazônia e Defesa dos Fortes às novas conflitualidades*, NAEA-UFPA, Belém.
- Santana, E. J. M., e Angelim, B. R., 2010, Políticas de Turismo e Desenvolvimento Sócioespacial nos Municípios de Soure e Salvaterra. Ilha do Marajó – Pará, *V Encontro Nacional da ANPPAS*, Florianópolis.
- Silva, F. C. T., 2008, A Amazônia e as novas ameaças mundiais, in: Nascimento, D. M. (Org.), *Relações Internacionais e Defesa na Amazônia*, NAEAUFPA, Belém.
- Silva, G. V., e Conte, C. M., 2006, Análise sócio-espacial de uma cidade de fronteira: o caso de Oiapoque-Estado do Amapá, *1º Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil*, São Paulo.
- Silveira, M. A. T., 2002, *Turismo, Políticas de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento. Um foco no Estado do Paraná no contexto Regional*, [http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/06.pdf], (Site acessado em 12 novembro 2010).
- Souza, M. L., 2010, *Mudar a Cidade, Uma introdução Crítica ao planejamento e gestão urbana*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Tavares, M. G. C., Costa, M. A., e Ribeiro, W. O., 2004, O Turismo enquanto espaço de análise geográfica: Três perspectivas de abordagem, *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, Vol. 3(6), pp. 33-42.
- Trindade Jr., S. C., 2010, Pensando a noção de fronteira: um olhar a partir da ciência geográfica, in Nascimento, D. M. (Org.), *Amazônia e Defesa dos Fortes às novas conflitualidades*, NAEAUFPA, Belém.
- Tosqui, P., 2007, *Uma breve história do turismo. Dialogando no turismo*, [http://www.publicacoesdeturismo.com.br/ref.php?id=1824], (Site acessado em 10 fevereiro 2011).